

OS INCÊNDIOS FLORESTAIS: O PAPEL DOS TÉCNICOS FLORESTAIS (FORMAÇÃO) E O CONTRIBUTIVO DO VOLUNTARIADO AMBIENTAL

Conceição Colaço, Eng^a Florestal, Diploma de Estudos Avançados em Educação Ambiental.
Centro de Ecologia Aplicada Baeta Neves – Instituto Superior de Agronomia, Tapada da Ajuda,
1349-017 Lisboa. Tel: 213616080, Fax:213623493, e-mail: ccolaco@isa.utl.pt

I INTRODUÇÃO

Portugal na Europa, é o país mais afectado pelos incêndios florestais. Os valores dos últimos anos relativamente às áreas ardidas e ao número de ignições, são avassaladores. Comparando com os restantes países da bacia mediterrânica, Espanha, França, Itália e Grécia, Portugal é o único país em que a média da área ardida tem aumentado desde 1980. Igualmente a média anual do número de incêndios entre 1980 e 2003 ultrapassa as 16.500 enquanto nos outros países os valores encontram-se todos abaixo desta fasquia (European Commission, 2004).

Num passado não muito longínquo, antes da década de 40/50, os incêndios não eram considerados um problema para a floresta em Portugal. O agricultor, pastor, coexistia em harmonia com o fogo, com sabedoria realizava queimadas dos resíduos de exploração agrícola, queimava para renovar pastagens, e quando alguma se descontrolava, havia uma entreatajuda dos habitantes da aldeia e arredores por forma a que o fogo não alastrasse. As décadas de 1940-1950, caracterizaram-se por aumentar a acumulação de combustível nas florestas devido à proibição das “queimadas tradicionais”, do “pastoreio” e pela falta de “corte de matos para a cama dos gados” provocada pelo êxodo rural. Igualmente a campanha de florestação das serras em larga escala com o pinheiro bravo criava povoamentos contínuos e muito sensíveis ao fogo (Rego, 2001).

O cenário futuro não é animador no que se refere aos incêndios florestais. Um estudo sobre as alterações climáticas em Portugal (Santos, 2002) refere um aumento do Índice de Risco de Incêndio, bem como uma época de incêndios alargada, isto é, não incidindo somente nos meses de Verão. Possivelmente haverá mudanças no tipo de vegetação sendo esta muito mais xerófita, isto é adaptada à secura. Tal significa que além de aumentar o número de incêndios num espaço mais alargado de tempo, estes também terão maior severidade.

Esta comunicação irá abranger não só a formação que os técnicos florestais devem possuir para uma melhor prevenção dos incêndios, mas igualmente, irá abranger a importância do voluntariado ambiental para uma minimização do problema dos incêndios florestais em Portugal.

II PREVENÇÃO DE INCÊNDIOS FLORESTAIS

Em primeiro lugar é importante definir que instrumentos e conhecimentos são necessários para levar a cabo a prevenção de incêndios. Para aparecer uma chama, é necessário que esteja presente o combustível, o oxigénio (comburente) e a fonte de ignição para que possa ser criado um fogo – Triângulo do fogo. A prevenção incide sobre dois dos lados do triângulo: combustível e fonte de ignição.

Centrando-nos na fonte de ignição, que no caso dos incêndios florestais são as causas, torna-se imprescindível para uma actuação sobre elas, identificá-las. Através do seu

conhecimento é possível realizar programas de informação/sensibilização e educação do público em geral e em particular dos grupos específicos, principais causadores de muitos incêndios, indo cirurgicamente ao cerne da questão.

Abordando agora a actuação ao nível do combustível, pretende-se neste contexto além de dificultar a fase de ignição, evitar o desenvolvimento de um fogo para um incêndio de largas proporções com bastante dificuldade no combate. Tal como refere Velez (1988) “A silvicultura de prevenção de incêndios florestais tem como objectivo modificar a inflamabilidade e combustibilidade para dificultar assim o início e a propagação dos incêndios. As principais técnicas utilizadas para a modificação dos combustíveis são: áreas de cortafogo; fogo controlado; pastagem controlada; cortes manuais e mecânicos; substituição de espécies.”

Um factor que não pertence ao âmbito da prevenção, mas que se encontra intimamente ligada ao campo da silvicultura preventiva, é a vigilância e detecção. para que possa haver. A vigilância além de poder dissuadir possíveis infracções como vandalismo e incendiarismo, permite também uma mais rápida detecção de focos de incêndio, a qual por sua vez, origina um mais rápido alerta podendo haver uma rápida primeira intervenção, diminuindo assim a área ardida.

Estas três vertentes aplicadas com sucesso, poderão diminuir o problema dos incêndios em Portugal, não só no que concerne ao número de ignições, mas também em relação à área ardida.

III OS TÉCNICOS FLORESTAIS E A SUA FORMAÇÃO

Analisaram-se os diferentes planos de estudos de cada um dos cursos de ensino superior, bem como a oferta de formação contínua para este grupo profissional com o objectivo de verificar se aos técnicos florestais que são um dos maiores intervenientes na manutenção e gestão do ecossistema florestal, quer na área privada, quer nas áreas protegidas ou públicas, são fornecidos os conhecimentos necessários para realizarem uma boa prevenção de incêndios florestais.

A intervenção dos técnicos pode realizar-se através da extensão rural (aconselhamento dos produtores ou responsáveis), trabalho técnico (elaboração de projectos, acompanhamento de empreitadas) bem como definindo e executando a política florestal nacional. O técnico pode e deve ter um papel importante como educador sobre as questões florestais. Ser bom tecnicamente não é suficiente. O técnico florestal é um mediador entre as políticas públicas sobre a floresta, os conhecimentos que provêm da investigação, e os proprietários florestais, gestores públicos e sociedade em geral. Esta mediação não poderá ser só técnica para melhorar a gestão florestal, mas terá também que mudar as representações, atitudes e comportamentos que podem prevenir os incêndios e minimizar os seus impactos.

Em Portugal existem 7 escolas de Ensino Superior que leccionam cursos de ciências florestais, isto é, duas Universidades e cinco Institutos Politécnicos nas suas Escolas Superior Agrárias (quadro 1):

QUADRO 1 - CURSOS NA ÁREA FLORESTAL NO ANO DE 2004

Universidade / Politécnico	Faculdade / Instituto /Escola	Curso (Grau)
Universidade Técnica de Lisboa (UTL)	Instituto Superior de Agronomia (ISA)	Engenharia Florestal e dos Recursos Florestais (L): Engenharia Florestal (L)
Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD)		
Instituto Politécnico de Beja	Escola Superior Agrária de Beja (ESABeja)	Engenharia Agro-florestal (B + L)
Instituto Politécnico de Bragança	Escola Superior Agrária de Bragança (ESABrag).	Engenharia Florestal (B + L)
Instituto Politécnico de Castelo Branco	Escola Superior Agrária de Castelo Branco (ESACB)	Engenharia Florestal (B + L)
Instituto Politécnico de Coimbra	Escola Superior Agrária de Coimbra (ESAC)	Engenharia dos Recursos Florestais (B + L)
Instituto Politécnico de Viseu	Escola Superior Agrária de Viseu (ESAV)	Engenharia Agrária, variante Florestal (B + L)

No que concerne à formação contínua para este grupo profissional, várias são as entidades formadoras existentes, sendo no entanto a FORESTIS – Associação Florestal de Portugal e a FFPF – Federação de Produtores Florestais de Portugal as mais activas no que se refere a formação para técnicos.

Competências e conhecimentos para uma prevenção eficaz

Para realizar prevenção no âmbito da ignição, isto é, as causas, os técnicos, devem ter conhecimentos técnicos sobre *como utilizar o fogo e em que condições*, bem como *conhecer a realidade social do país e da região onde trabalham, conhecer diversas técnicas de comunicação* para poderem elaborar estratégias para atingir diferentes públicos alvo (Colaço, 2005). Estes conhecimentos são os seleccionados, tendo em consideração que uma das causas mais usuais de incêndios é a negligência com o uso do fogo, sendo extremamente importante a elaboração de um programa de educação sobre o uso do fogo, específica e cirúrgica para grupos chave. A este grupo pertencem os agricultores residentes e de fim de semana, pastores, entre outros, que por tradição utilizam o fogo nas suas actividades, mas por vezes o conhecimento que provinha dos seus pais já se perdeu, e estes actores utilizam actualmente o fogo em épocas do ano erradas e com poucos ou nenhum critérios de segurança.

A actuação no lado do triângulo pertencente ao combustível, implica um trabalho directo com o produtor/proprietário florestal, pois 78% da área florestal total é pertença de pequenos proprietários, 12% pertencem a comunidades locais, 7% a indústrias de pasta e papel e somente 3% pertencem ao Estado. Segundo Américo Mendes (2003), ao nos encontrarmos numa economia de mercado, num regime democrático e num sector onde 98,8% da propriedade florestal não é pública as decisões em matéria de gestão florestal são e continuarão a ser, por muitos anos, tomadas de forma descentralizada (pelo proprietário), o produtor/proprietário só aderirá a uma nova gestão florestal mais resiliente aos fogos, se daí conseguir retirar vantagens.

Para conseguir realizar este tipo de acções, os técnicos devem ter conhecimentos sobre *Gestão florestal* (inclui silvicultura preventiva), *comportamento do fogo, economia florestal* e tal como no caso anterior *conhecer a realidade social do país e da região onde trabalham, conhecer diversas técnicas de comunicação e conhecer técnicas de dinâmica de grupo e de aprendizagem de adultos*, para poderem trabalhar em conjunto com o proprietário e “convencê-lo” a seguir as melhores estratégias não só na óptica da

prevenção de incêndios mas também numa óptica empresarial para tirar proveito económico da sua propriedade.

Quando se analisa os planos de estudo da formação inicial (entenda-se ensino superior) dos técnicos verifica-se que a área na qual existem maiores lacunas são as de carácter relacional, isto é comunicação, dinâmica de grupos e aprendizagem de adultos. Existe somente uma escola que apresenta uma lacuna relacionada com os fogos florestais, pois ao longo dos seus cinco anos de licenciatura não apresenta nenhuma disciplina directamente relacionada com esta temática.

A formação contínua que decorreu entre 2002 e 2004 ao ser pouco diversificada, em número reduzido e muito centralizada no Norte e Centro do País, não colmata as lacunas detectadas na formação inicial.

Com o intuito de conhecer as necessidades formativas sentidas pelos técnicos no decorrer do seu trabalho, realizou-se uma inquirição via postal, sobre a forma de um questionário aos técnicos que tivessem como funções a prevenção/detecção e combate de incêndios, gestão de áreas florestais, protecção e valorização florestal, formação profissional, das seguintes instituições: Associações de produtores florestais/agrícolas; Autarquias; Direcção Geral das Florestas; Direcções Regionais de Agricultura e Instituto da Conservação da Natureza. Foram enviados um total de 597 inquéritos. Responderam 204 técnicos o que corresponde a uma taxa de resposta de 34%, 9 pontos acima do considerado aceitável para um inquérito desta tipologia.

As seis necessidades formativas mais referenciadas foram: Gestão de povoamentos florestais – 72,1%; Prevenção/combate a incêndios – 70,6%; Elaboração de projectos – 50,5%; Administração, gestão, organização – 45,1%; Sensibilização/educação ambiental – 43,1%; Exploração Florestal – 42,2%. Novamente a formação contínua existente em Portugal não colmata estas necessidades evidenciadas pelos técnicos.

Os cursos de ensino superior (formação inicial), abrangem as diversas áreas de conhecimento específico florestal para um bom conhecimento da realidade florestal do país. Porém, são poucos os cursos que lhes fornecem os conhecimentos e competências para realizarem um papel de educadores/mediadores.

A grande maioria dos técnicos reconhece que uma das razões pela qual a prevenção dos incêndios florestais no país não funciona é a falta de sensibilização/educação/ formação do governo/proprietários e público em geral, no entanto somente perto de 40% dos técnicos realiza actividades educativas, principalmente nas Autarquias, ICN e Associações. Apesar de somente menos de metade dos técnicos realizar actividades educativas, mais de 43% do total dos técnicos considera que é importante ter formação em sensibilização e educação ambiental. Tal facto torna-se ainda mais significativo quando 51% dos técnicos que afirma necessitar desta formação não têm nas suas funções actividades educativas.

IV “VOLUNTARIADO AMBIENTAL”

Em Portugal o voluntariado ambiental para a protecção das florestas tem partido não só de organizações não governamentais de ambiente, corpo nacional de escutas, escuteiros de Portugal entre outros, mas também de uma forma mais oficial promovido por diversos organismos do Estado Português.

Nesta comunicação abordarei especificamente duas iniciativas promovidas pelo Estado Português, nomeadamente o programa “VOLUNTARIADO JOVEM PARA AS FLORESTAS” e o programa promovido pela CNEFF em 2002.

Ambos os programas têm como objectivo levar pessoas aos espaços florestais e ajudar as entidades competentes em diferentes áreas no âmbito da protecção da floresta.

“VOLUNTARIADO JOVEM PARA AS FLORESTAS”

Este é um programa anual que visa:

- a preservação dos recursos florestais e ecossistemas com eles relacionados, através da sensibilização das populações em geral,
- a prevenção contra os incêndios florestais, a monitorização e reflorestação de áreas ardidas.

Tem como entidades envolvidas: Instituto Português da Juventude, Direcção-Geral dos Recursos Florestais, Instituto de Conservação da Natureza, Instituto do Ambiente, Serviços de Protecção Civil regionais, Associações Ambientalistas e outras entidades públicas ou privadas que se identifiquem com os objectivos do Programa.

A concepção, implementação e controlo de execução do Programa ficou a cargo do Instituto Português da Juventude.

Durante este programa, os jovens participam em acções de vigilância em zonas florestais, podem realizar alguns trabalhos de limpeza de matas que se encontrem em zonas de maior risco, bem como realizam acções de sensibilização das populações que frequentam áreas florestais.

“PROGRAMA CNEFF 2002”

Este foi um programa que contou com o apoio de diversos grupos organizados de jovens e escuteiros, que com o apoio de cartas militares e GPS's fornecidos pela CNEFF, fizeram o levantamento de caminhos, pontos de água como tanques, poços, existência de casas, etc. Esta acção teve como objectivo actualizar as cartas utilizadas pelas equipas de bombeiros, serviços de protecção civil, entre outros, permitindo um conhecimento mais preciso das áreas florestais, o que cria melhores condições para o delineamento estratégico do combate a incêndios florestais.

Referências bibliográficas:

Colaço, C., (2005) *Prevenção de Incêndios Florestais: Um estudo sobre a formação dos técnicos florestais*. Trabalho de investigação tutelado. Universidad de Santiago de Compostela. Espanha.

European Commission, (2004) *Forest Fires in Europe – 2003 Fire Campaign*. Official Publication of the European Commission.

Governo Português (2004) *Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais em 2005*.
www.portugal.gov.pt

Mendes, A., (2003) *Gestão Florestal: Modelos e financiamentos passados, presentes, futuros e ilusórios*. Comunicação apresentada no *Seminário "A Floresta, o Ambiente e o Fogo"*, FORESTIS – Associação Florestal de Portugal, Luso.

Rego, F.C., (2001) *Florestas públicas*. Direcção Geral das Florestas e Comissão Nacional Especializada de Fogos Florestais.

Velez, R., (1988) *Algunas ideas para el desarrollo de una selvicultura de prevención de incendios florestales*, In *I Jornadas sobre selvicultura y gestión forestal del bosque mediterraneo*. Ed. Coselleria d'Agricultura i Pesca, Palma.